

RELATÓRIO DO CONTROLE INTERNO EMPRO – SÃO JOSÉ DO RIO PRETO/SP

1º QUADRIMESTRE DE 2016

PREÂMBULO

1. Nos termos da Lei Municipal nº 474, de 22 de junho de 2015, que implantou o Sistema de Controle Interno no âmbito do Poder Executivo de São José do Rio Preto/SP, e da Resolução nº 01/2015 e Resolução nº 001/2016, que regulamentaram o Sistema de Controle Interno da Empresa Municipal de Processamento de Dados - EMPRO, passo nas linhas seguintes a emitir o relatório do 1º quadrimestre do ano de 2016, da referida empresa pública, conforme a legislação vigente e as recentes orientações do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

2. O trabalho do Controle Interno teve por foco a aferição *in loco* de dados e informações prestadas pelas divisões administrativa e técnica da EMPRO, com análise de informações prestadas pelos controladores setoriais, bem como pelo exame de documentos e dados das respectivas divisões, elaborando pesquisa quantitativa e qualitativa, a fim de cumprir a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da empresa.

RELATÓRIO:

1. PLANEJAMENTO e EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Atividades de controle: análise da discussão e elaboração do orçamento da EMPRO, dividindo o controle nos seguintes segmentos: planejamento adequado, avaliação dos programas e projetos, acompanhamento e resultado da execução orçamentária no período.

Neste primeiro quadrimestre, por óbvio, não houve discussão de planejamento orçamentário, mas tão somente análise e acompanhamento da execução orçamentária, a qual se comportou conforme o provisionado, não havendo qualquer ressalva ou apontamento a fazer nesse quesito.

2. GESTÃO FINANCEIRA

Atividades de controle: analisar a gestão financeira, a redução ou aumento do patrimônio líquido, qual o índice de liquidez corrente e de longo prazo no final do exercício financeiro.

Em primeiro lugar, a EMPRO vem realizando sua movimentação bancária em bancos oficiais, bem como executou todas as atividades de tesouraria conforme as regras da gestão atual, obedecendo à ordem cronológica dos pagamentos. O investimento no primeiro quadrimestre foi de aproximadamente 20% (vinte por cento) dos valores orçados. O índice de liquidez permaneceu dentro do previsto.

3. GESTÃO CONTÁBIL

Atividades de controle: verificar a gestão contábil, sobretudo a legalidade e regularidade dos registros contábeis, analisando as rotinas e lançamentos dentro dos prazos estabelecidos e as publicações legais.

No início do período analisado, houve a exoneração do Gerente Financeiro Contábil, Sr. Antônio Taparo, sendo nomeada para o cargo a funcionária Priscila Cristina Marques Garcia. Durante estes quatro meses, a gestão contábil se mostrou eficiente e os registros foram gerados tempestivamente e conforme a legislação vigente. A cada mês, a gestão contábil publicou no site da transparência fiscal o resultado contábil, cumprindo as obrigações de publicidade.

4. GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Atividades de controle: analisar o cumprimento legal de atos licitatórios das fases interna e externa, os requisitos e exigências da Lei nº 8.666/93, e formalização, execução e fiscalização dos contratos.

Em anexo, colaciono todos os processos licitatórios em curso perante o quadrimestre, asseverando que até o presente momento não houve irregularidades nas contratações. Os aditamentos também foram avaliados, e não restou levantada qualquer eventualidade negativa ou ausência de justificativa plausível. A ressalva fica, mais uma vez, na falta de gratificação para os empregados que compõem a Comissão de Licitação e o pregoeiro oficial.

5. GESTÃO DE PESSOAL

Atividades de controle: analisar a regularidade e legalidade dos atos de contratação, nomeação e posse, base cadastral, evolução na carreira, lançamentos de encargos e vantagens trabalhistas, e exonerações e demissões.

A

No primeiro quadrimestre, como já citado, houve apenas a exoneração do Sr. Antonio Taparo e a nomeação da empregada Priscila Marques, para o referido cargo de Gerente Financeiro Contábil. Foi concedido reajuste aos empregados na porcentagem de 8,5% (oito e meio por cento) da data base de janeiro/16, conforme convenção coletiva de trabalho. Restou pago gratificação apenas ao controlador geral interno e aos setoriais. Além disso, ocorreram apenas duas progressões salariais, referentes às empregadas Bibiana Vicente Bubias de Oliveira e Cleber Rodrigues da Silva. Há controle efetivo de horário dos empregados. Não houve, no período, denúncias contra empregados, sindicâncias e processos administrativos. Não há programa de treinamento e capacitação regular para empregados da área administrativa e técnica.

6. GESTÃO PATRIMONIAL

Atividades de controle: analisar a gestão e as rotinas de controle de patrimônio, verificando o recebimento de bens, estoque, avaliação, utilização e baixa, bem como os respectivos registros contábeis.

Em janeiro de 2016, foi implantado o Sistema de Patrimônio, para gerir todos os aspectos operacionais da gestão de patrimônio. Todavia, durante este quadrimestre passou-se por um período de adaptação, não havendo, por ora, elementos para analisar alguma falha ou risco. Há, ainda, certa carência de espaço físico para o armazenamento de bens.

7. GESTÃO OPERACIONAL

Atividades de controle: analisar o cumprimento legal das atribuições funcionais das células, a regularidade da gestão de processos e competências, a legalidade de sindicâncias e processos disciplinares, treinamento e capacitação, avaliação de produtividade.

No período, houve uma nova concepção do organograma da empresa, a partir das atribuições de cada cédula e divisão, todavia, isso ainda passará pelo crivo da Diretoria. Foi dado início a estudos de processos de gestão da área administrativa. Não houve procedimentos de sindicância, treinamento e capacitação. Houve uma denúncia anônima ao Ministério Público Estadual sobre nomear comissionados para os cargos de controladores setoriais do Controle Interno. Entretanto, sem adentrar no mérito e da legalidade da denúncia, optou-se por renomear, para as respectivas funções, empregados efetivos. Ainda se mantém elevado número de solicitações de serviços (SS) abertas e sem prazo de solução, o que deverá ser equacionado no próximo quadrimestre.

3

8. GESTÃO DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO

Atividades de controle: analisar a eficiência e a eficácia dos projetos e serviços de tecnologia de informação e comunicação gestados pela empresa, e dos padrões dos sistemas operacionais, dos aplicativos e equipamentos, bem como analisar o cumprimento regular das atribuições das divisões e células da divisão técnica.

Conforme informações prestadas pelo controlador setorial, houve cumprimento regular das atribuições da divisão técnica e de suas respectivas células. Não houve indícios ou demonstração de ineficiência ou ineficácias dos projetos elaborados e gestados pela EMPRO, muito embora o setorial tenha orientado sobre algumas ações futuras, como: padronização da tecnologia, para fins de melhorar a eficácia e a economicidade, simplificando a complexidade do processo; identificação, mapeamento e institucionalização dos processos de negócios da empresa; institucionalizar a política de segurança da informação e atualização do Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI.

9. GESTÃO DE SERVIÇOS DE TECNOLOGIA

Atividades de controle: analisar a eficiência e a eficácia das obrigações e deveres contratuais da empresa relativos à divisão técnica, da avaliação de resultados e metas programados e da segurança de informação.

A empresa, ainda, não possui programa/projeto para avaliar a satisfação do cliente. Também não há processos institucionalizados para avaliação de objetivos e metas propostos para cada divisão, o que já está sendo estudado. Há, ainda, um grande número de solicitação de serviços em aberto. A empresa possui inventário dos ativos de hardware, software e instalações técnicas, embora não haja um plano de investimento a preservar o capital investido. No tocante aos serviços de tecnologia, o controlador setorial apontou algumas sugestões, como: elaborar acordos, via SLA, com os clientes, para programar a resolução das SSs, a fim de evitar riscos de ineficiência; criar mecanismos de pesquisa para medir o nível de satisfação cliente/usuário e da implantação de uma central de atendimento a eles.

1

CONCLUSÃO:

Neste primeiro quadrimestre de 2016, em virtude de se iniciar o exercício, o controle das unidades de orçamento, finanças e contabilidade não demonstrou a ocorrência de risco ou de algum fato negativo grave, com base no planejamento orçamentário.

A análise e a auditoria ainda foram realizadas com a assessoria dos controladores setoriais nomeados no final do ano de 2015, sendo que em relação ao último relatório, houve algumas melhorias que não podemos deixar de informar, como aperfeiçoamento do processo de estudo e planejamento orçamentário, bem como o início de um programa de gestão de processos. Ademais, é preciso pontuar o inquestionável e relevante papel que desempenharam os controladores Arleque e Domingos na instrumentalização e execução do sistema de controle interno desta empresa pública.

No tocante às licitações e contratos, decidimos, pelo porte da empresa, analisar todos os processos, inclusive seus aditamentos, a fim de cancelar a regularidade da vantajosidade, necessidade e resultado das contratações. E, nesse sentir, asseverei que no período o setor agiu corretamente. A única exceção que se faz diz respeito ainda à falta de regulamentação de gratificação para os membros da Comissão de Licitações, gestores de contrato e o pregoeiro.

Em face do último relatório, a Diretoria Geral iniciou trabalhos de elaboração de gestão de processos, principalmente, para o faturamento e garantia, o que já é extremamente relevante e necessário, principalmente, para evitar riscos que constantemente orbitam pelos setores. Foi, ainda, confeccionado um novo organograma funcional da empresa, o qual será submetido para análise da Diretoria e do Conselho.

No tocante ao patrimônio, foi implantado um novo sistema para realizar a gestão do setor, sendo que os resultados serão melhor avaliados nos próximos quadrimestres, para permitir que se façam os ajustes necessários nesse período de adequação e capacitação do encarregado.

A gestão da divisão técnica e suas respectivas gerências e células continuaram apresentado bons níveis de qualidade, muito embora ainda não haja um processo de gestão institucionalizado, de modo a avaliar objetivos e metas e a permitir a mensuração de índices. A ressalva continua, ainda, no elevado número de

A

Solicitações de Serviços (SSs) abertas sem resoluções, muito embora já se tenha notícias de que o setor já está implementando ações para diminuir os quantitativos.

O controlador setorial Domingos, em seu relatório de assessoria, alinhavou algumas orientações para aplicação na gestão de tecnologia de informação e serviços, as quais, a meu ver, são úteis e balizadoras de decisões, entre as quais posso citar a padronização das tecnologias utilizadas, a identificação, mapeamento e institucionalização dos processos de negócios da empresa e a atualização do Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI. Além disso, novos acordos, via SLA, poderiam sim sanar boa parte das SSs sem resolução, uma vez que há uma inegável falha nos contratos a esse respeito, o que exige uma remodelação de cláusulas nos instrumentos futuros.

Por fim, analisei as duas questões que, direta ou indiretamente, denunciaram irregularidades em ações perpetradas pela EMPRO. A primeira, referente às doações ao CMDCA, restou direcionada a solução à Diretoria da empresa, uma vez que tal denúncia envolvia mais dois órgãos independentes: a CAIXA e a Prefeitura Municipal de São José do Rio Preto/SP. Muito embora o controlador setorial Domingos tenha oferecido, na época, uma solução imediata envolvendo todas as partes, a Diretoria entendeu melhor aguardar uma apuração mais real dos fatos e abrir, futuramente, uma sindicância interna. No que diz respeito à denúncia anônima sobre a nomeação de comissionados para o exercício da função de controlador setorial, tenho por mim que não se trata de ilegalidade, já que a norma municipal não trata do tema, muito menos há regra expressa de âmbito estadual ou federal impedindo tal condição. Todavia, a Diretoria da EMPRO, para não cercar a eficiência dos trabalhos já desenvolvidos, resolveu nomear para essas funções empregados efetivos da empresa, o que não discordei.

Posto isso, neste primeiro quadrimestre de 2016, opino por julgar regulares as contas e a gestão da EMPRO, sem prejuízo de ulterior análise em caso de fatos e documentos supervenientes.

Sendo isso o que, por ora, me competia externar, transmito o presente relatório à eminente Diretora Presidente da EMPRO, ao Conselho Deliberativo e à Unidade Controle Interno da Prefeitura de São José do Rio Preto/SP.



São José do Rio Preto/SP, 5 de maio de 2016.


CONTROLADOR INTERNO DA EMPRO

empro
TECNOLOGIA & INFORMAÇÃO
DIREITOS RESERVADOS

empro
TECNOLOGIA & INFORMAÇÃO
DIREITOS RESERVADOS

empro
TECNOLOGIA & INFORMAÇÃO
DIREITOS RESERVADOS

empro
TECNOLOGIA & INFORMAÇÃO
DIREITOS RESERVADOS

empro
TECNOLOGIA & INFORMAÇÃO
DIREITOS RESERVADOS

empro
TECNOLOGIA & INFORMAÇÃO
DIREITOS RESERVADOS